



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	<p>Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-551-8 DOI 10.22533/at.ed.518192008</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ALTERNATIVO NA ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ENAWENE NAWE, JUÍNA, MATO GROSSO	
Cleyde Nunes Pereira de Carvalho Léia Teixeira Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.5181920081	
CAPÍTULO 2	13
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA (EBTTs) NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PALMAS	
Melania Dalla Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5181920082	
CAPÍTULO 3	26
A DIALÉTICA ENTRE CRIAÇÃO ARQUITETÔNICA E DESENHO PARAMÉTRICO: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS	
Thiago Henrique Omena Arthur Hunold Lara Ana Judite Galbiatti Limongi França	
DOI 10.22533/at.ed.5181920083	
CAPÍTULO 4	37
A DIVERSIDADE SEXUAL NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS	
Gabriela Marinho Sponchiado Juliana Cerutti Ottonelli	
DOI 10.22533/at.ed.5181920084	
CAPÍTULO 5	49
A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DE EVOLUÇÃO COMO TEMÁTICA INVESTIGATIVA	
Malena Marília Martins Gatinho Kézia Ribeiro Gonzaga Frederico Passini Silva Vanessa Oliveira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5181920085	
CAPÍTULO 6	62
A VISÃO DOS ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO NORTE DE MATO GROSSO SOBRE AS AULAS PRÁTICAS DE QUÍMICA	
Lucas Freza Bohrer Karina Janaina Jung Oalas Aparecido Moraes dos Santos Sílvia Cândida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5181920086	
CAPÍTULO 7	67
ALGUNS ASPECTOS NA BELÉM DE BELLE ÉPOQUE. LÁTEX E BELLE ÉPOQUE: UM CASAMENTO PERFEITO	
Antonia Eriane Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5181920087	

CAPÍTULO 8	71
ALICE MILLER E A PEDAGOGIA NEGRA	
Roseli Zanon Brasil	
Romualdo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.5181920088	
CAPÍTULO 9	78
ALTERIDADES MBYA-GUARANI NO FACEBOOK – VIVÊNCIAS DE UMA PESQUISA	
Fátima Rosane Silveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5181920089	
CAPÍTULO 10	90
ANIME COMO PROPOSTA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA ANÁLISE DO ANIME HATARAKU SAIBOU	
Amanda Jéssica Silva Santos	
Érica Oliveira de Lima	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.51819200810	
CAPÍTULO 11	98
ARTE, UMA POSSIBILIDADE DE CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS POR MEIO DA CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO	
Sofia Maia Oliveira	
Vanessa Fernanda Lopes Lucas Soares	
DOI 10.22533/at.ed.51819200811	
CAPÍTULO 12	114
AULA PRÁTICA SOBRE DILUIÇÃO DO PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMO UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA DE APRENDIZAGEM	
Lucas Freza Bohrer	
Karina Janaina Jung	
Oalas Aparecido Morais dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.51819200812	
CAPÍTULO 13	122
CANTINHO DA LEITURA: CONSTRUINDO A COMPETÊNCIA DE LEITURA E ESCRITA	
Diolina Alves dos Santos	
Célia Maria Alves	
Dorcas Faria de Oliveira	
Eleandra Negri Costa	
Maria do Socorro Gomes de Assis	
Raquel Pereira do Nascimento	
Vânia Horner de Almeida	
Voila Roberta Pereira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.51819200813	

CAPÍTULO 14	130
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	
<p>Maria Helena Ferrari Allan Vinícius Jacobi Érica Jaqueline Pizapio Teixeira Luciano Duarte Souza Juliana Negrello Rossarola Thiago Duarte Mielke</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200814	
CAPÍTULO 15	144
ENSINO DE GEOGRAFIA E AS GEOTECNOLOGIAS	
<p>Luiza Carla da Silva Soares Assis Heibe Santana da Silva</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200815	
CAPÍTULO 16	155
ENSINO PRÁTICO E INTEGRADO DE ELETRÔNICA E PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES EMPREGANDO O MICROCONTROLADOR ARDUINO	
<p>Carlos Yujiro Shigue Alexandre de Moraes Ricardi Eduarda Wiltiner Reis Santana Danilo Bellintani Vinicius de Souza Meirelles Sandra Giacomini Schneider</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200816	
CAPÍTULO 17	167
ESCOLA SARÃ: O TEMPO DA ESCOLA E OS TEMPOS DA VIDA	
<p>Jucilene Oliveira de Moura Ozerina Victor de Oliveira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200817	
CAPÍTULO 18	181
“ESCOLA SEM PARTIDO”: REFLETINDO SOBRE UMA (IM)POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
<p>Rômulo Menegas</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200818	
CAPÍTULO 19	193
ESCOLAS MILITARES: ENFÂSE AO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES	
<p>Paulo Ramos dos Santos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200819	
CAPÍTULO 20	202
ESGRAVA ESPERANÇA GARCIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA À APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003	
<p>Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa Rosemar Eurico Coeng</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200820	

CAPÍTULO 21	216
ESTUDO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE MISTURAS ASFÁLTICAS MORNAS MODIFICADAS COM ÓLEO VEGETAL	
Paulo Roberto Barreto Torres	
Wesley Rodrigues Menezes	
Eduardo Antônio Guimarães Tenório	
Jefferson Honório Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200821	
CAPÍTULO 22	225
FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL/RS	
Malcus Cassiano Kuhn	
DOI 10.22533/at.ed.51819200822	
CAPÍTULO 23	242
GÊNEROS TEXTUAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL QUILOMBOLA JOSÉ MARIANO BENTO	
Marcia Rezende de Sousa	
Madalena Santana de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.51819200823	
CAPÍTULO 24	251
GERENCIALISMO ESTATAL E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS	
Maria Augusta Peixoto Mundim	
Luelí Nogueira Duarte e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200824	
CAPÍTULO 25	267
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS FONTES HISTÓRICAS E O FAZER PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA	
Francisca Neta Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.51819200825	
CAPÍTULO 26	280
IMPrensa e Educação: O Decreto nº 31 de 29 de Janeiro de 1890 para a Instrução Pública do Estado do Paraná	
André de Souza Santos	
Gizeli Fermino Coelho	
Maria Cristina Gomes Machado	
DOI 10.22533/at.ed.51819200826	
CAPÍTULO 27	292
INVESTIGAÇÃO DA EFICÁCIA DA LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR	
Bruna Menezes de Oliveira	
Michelly Rodrigues Pereira da Silva	
Amanda Karla Santiago Araújo	
Welton Aaron de Almeida	
Julianne Cybelly Santos Silva	
Emmanuel Viana Pontual	
Suzane Bezerra de França	
DOI 10.22533/at.ed.51819200827	

CAPÍTULO 28	301
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CAMINHOS DA (DES)CONEXÃO	
Ivanês Zappaz	
DOI 10.22533/at.ed.51819200828	
CAPÍTULO 29	311
JUVENTUDES EM TRÂNSITOS: DIVERSIDADE DE GÊNEROS - EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.51819200829	
CAPÍTULO 30	322
MÉTODO DE REDUÇÃO AO MESMO COEFICIENTE NA RESOLUÇÃO DE SISTEMAS DE EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU: UM ESTUDO NA PROPOSTA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO NO TRATADO DE ÁLGEBRA ELEMENTAR (1878)	
Enoque da Silva Reis	
Luiz Carlos Pais	
DOI 10.22533/at.ed.51819200830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	333
ÍNDICE REMISSIVO	334

IMPrensa E EDUCAÇÃO: O DECRETO Nº 31 DE 29 DE JANEIRO DE 1890 PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

André de Souza Santos

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá, PR

Gizeli Fermino Coelho

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá, PR

Maria Cristina Gomes Machado

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá, PR

ao posicionamento político dos proponentes do Decreto, ou se trata de uma “imparcial” avaliação do texto referente ao novo regulamento, contudo, é possível admitir que consideram o projeto completamente equivocado e em pleno desacordo com as demandas da instrução paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Instrução Pública. Jornal *A República*. Decreto Nº 31 de 1890. Paraná.

RESUMO: O presente estudo de caráter bibliográfico e documental, objetivou investigar a abordagem do Jornal *A República* ao Decreto Nº 31 de 29 de janeiro de 1890, o primeiro referente a organização das escolas públicas primárias, do Instituto Paranaense e da Escola Normal do Paraná, no período da República. Buscou descrever resumidamente a função dos artigos do documento e argumentar a respeito da importância da imprensa como fonte de pesquisa. Questionou-se: qual o posicionamento assumido pelo Jornal paranaense *A República* em relação ao Decreto Nº 31 de 29 de janeiro de 1890? Após o estudo, foi possível afirmar que, o periódico concebe de maneira negativa seus artigos, criticando especialmente a administração da taxa escolar e a condição dos professores das cadeiras contratadas. Não se sabe ao certo se o julgamento está associado

PRESS AND EDUCATION: DECREE Nº.
31 JANUARY 29TH, 1890 ON PUBLIC
INSTRUCTION IN PARANÁ STATE

ABSTRACT: The present bibliographic and documentary study aimed to investigate the approach of the *A República* Journal to the decree No. 31 of January 29th, 1890, the first reference to the organization of the primary public schools, the Paraná Institute and the Normal School of Paraná, during the period of *A Republica*. It sought to briefly describe the function of the articles in the document and to argue about the importance of the press as a source of research. The position assumed by the *A Republica* Journal in relation to decree No. 31 of January 29, 1890 was questioned. After the study, it is possible to affirm that the journal negatively conceived the sections of the decree,

especially criticizing the administration of the school fee and the terms of the teachers of the contracted vacancies. However, It is not clear whether the judgment is linked to the political position of the proponents of the decree, or whether it is an “unbiased” evaluation of the text concerning the new regulation, but it is possible to admit that they consider the project completely wrong and in complete disagreement with the demands of the Parana State education.

KEYWORDS: Press. Public Instructuon. *A República* Journal. Decree No. 31 of 1890 Paraná State.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo consiste em averiguar como o Jornal *A República*, do Paraná, divulgou as notícias referentes a promulgação e revogação do Decreto Nº 31 de 29 de janeiro de 1890 (PARANÁ, 1890) no início do governo republicano no Paraná. De maneira específica, pretende descrever brevemente as características da mencionada prescrição, além de assinalar a importância da imprensa como fonte de pesquisa. O documento foi o primeiro regulamento referente à organização da instrução pública primária, do Instituto Paranaense e da Escola Normal do estado do Paraná.

Quando se estuda algum objeto situado no século XIX do Brasil, deve-se procurar entender que, neste período, além de fatos que concretizaram a mudança de regime monárquico ao republicano, efetivos foram os movimentos político-ideológicos que constituíram a utópica superestimação e valoração dessa transição por intermédio de discursos e ações, bem como a manutenção de ideários em concordância com as convicções de uma nova Era baseada na concepção de República brasileira.

Com a Proclamação, em 1889, o Paraná deixou de ser província e passou a ser um estado federativo membro dos Estados Unidos do Brasil (CAMARGO, 2006). *Estatus* que lhe proporcionou efervescências políticas, sociais, econômicas e culturais, motivados, sobretudo, pela política migratória que estabeleceu avanço populacional nas diversas regiões do estado, igualmente a expansão das atividades agrícolas ligadas a extração da erva-mate.

Para Carneiro e Vargas (1994), a economia ervateira era o principal produto de exportação que atendia os mercados Paraguaio, Argentino e Uruguaio, “[...] uma riqueza nativa circunscrita em larga área do centro-sul, banhada pela bacia hidrográfica do Iguaçu – e que desde os fins do período provincial se tornara a principal fonte de renda como sustentáculo das finanças públicas [...]” (CARNEIRO; VARGAS, 1994, p. 15).

Com o aumento populacional, urbano e agrícola, aumentaria significativamente o número de crianças em idade escolar, filhos de imigrantes da classe trabalhadora que se fixaram no estado em busca de melhores condições de vida.

A educação passou então a ser pensada como necessidade indispensável para

auxiliar o progresso social, integrar culturalmente os imigrantes na sociedade, na preparação para o trabalho e na formação do cidadão patriótico. O ideário de dispor de maior oferta de educação para todos em condições de recebê-la, fortaleceu-se pelo entendimento de que todos os problemas sociais poderiam ser resolvidos por intermédio da educação. Por isso, durante as primeiras décadas da República foram criados no estado do Paraná entre leis e decretos, nove regulamentos, que tinham como objetivos organizar o ensino primário, isso sem considerar as leis isoladas que alteravam dispositivos por determinação federal (MELO; MACHADO, 2010).

O Decreto N° 31 de 29 de janeiro de 1890 (PARANÁ, 1890), foi o primeiro dispositivo a ser criado para regulamentar a instrução pública do estado, dispondo de 61 artigos que especificam normas para a organização da instrução primária elementar e instrução secundária. Previa em suas premissas gerais que, o estado deveria custear o ensino público e ofertar condições para difusão das primeiras letras e o ensino moral para o povo, destituído de qualquer relação com os dogmas religiosos, além disso, defendia o exercício do magistério em diferentes graus e a liberdade de ensino.

Cabe destacar que, durante a primeira República a imprensa periódica assumiu papel primordial na sociedade como divulgadora de informação e opinião pública. Como em outras regiões, foi importante dispositivo de manifestação dos republicanos e embate sobre a detenção do poder no novo modelo estatal. Serviu como utensílio de divulgação e oferecimento de trabalhos, propagandas, chamadas para concursos e exposição de leis, reformas e decretos, tecendo comentários e posicionamento sobre esses últimos. Passou a promover novas ideias e hábitos entre a população e a favorecer discussões de problemas sociais, como por exemplo a educação. Dentre a gama de periódicos que circulavam no estado, optamos por analisar o *Jornal A República*, por sua defesa aos interesses do governo estadual e dos dirigentes da escola secundária.

Desta forma, em acordo as demandas aqui objetificadas e justificadas, pretendemos responder o seguinte questionamento: qual o posicionamento assumido pelo Jornal paranaense *A República* em relação ao Decreto N° 31 de 29 de janeiro de 1890?

2 | A IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE DE PESQUISA

No Brasil, até meados da década de 1970 o número de trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fonte e objeto de pesquisa era relativamente pequeno, embora a difusão de jornais e revistas no país já contava com bibliografia significativa. Na perspectiva de Luca e Martins (2011), reconhecia-se a importância de tais impressos, pois havia entre os pesquisadores uma preocupação em escrever a história da imprensa, mas relutava-se em escrever a história por meio da imprensa.

A desconfiança em utilizar a imprensa como fonte de pesquisa, que aliás

não era uma particularidade brasileira, mas também uma preocupação dos pesquisadores franceses, estava diretamente relacionado ao ideal de busca pela verdade dos fatos que se julgava atingível por meio dos documentos, por isso, a necessidade de pesquisar documentos oficiais, que por sua vez estariam marcados por fidedignidade, neutralidade e credibilidade distanciados e de seu próprio tempo (CAPELATO, 1988). Neste sentido, os jornais pareciam pouco adequados para recuperar o passado, porque continham registros fragmentados de acontecimentos do cotidiano, carregados por interesses particulares de quem o criou.

Somente a partir de 1970, com a influência da Escola dos Annales os historiadores da educação brasileira passaram a demonstrar sistematicamente maior preocupação teórica com a utilização das fontes em suas pesquisas e nos estudos historiográficos em geral. A pesquisa tomou novas dimensões, a partir de um paradigma de análise macroeconômico para sistemas culturais, alterou-se a concepção do que é documento histórico proveniente do interesse pelo estudo das práticas e representações sociais ligados à antropologia (SAVIANI, 2004).

Os estudos passaram a utilizar fontes textuais, orais, iconográficas, arquitetônicas, mecânica, eletrônicas, digitais, entre outras, que até então, não eram utilizadas pelos pesquisadores da educação, os quais orientados pela tradição positivista ficavam restritos aos estudos de documentos oficiais e não valorizavam outras espécies de documentos, limitando a função do historiador em recuperar somente grandes eventos históricos.

Neste momento, destaca-se a imprensa periódica que representa um dos registros preservados mais significativos do início do século XX. Principal meio de comunicação escrita e de formação de opinião pública da época, a imprensa guarda importantes debates em torno do pensamento educacional brasileiro, e, por isso, passou a ser vista como importante registro histórico que expressa diversas facetas da complexidade e da conjuntura sociocultural, conforme observou Nóvoa (1997):

É difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os atores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores os pais, os políticos, as comunidades ... As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época (NÓVOA, 1997, p. 30-31).

O universo da imprensa como um meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias apresenta os problemas como foram vistos e sentidos pelos participantes – coloridos, portanto, pela própria vivência da situação (MACHADO, 2007). Adquiriu tal importância, porque é um corpus documental de vastas dimensões, constituída por testemunhos vivos de métodos e dimensões pedagógicas de uma época e de uma ideologia moral, política e social de um determinado grupo.

A imprensa não é neutra nem imparcial, suas ações estão ligadas diretamente a concepções políticas e ideológicas que representam objetivos e ideias específicas de

quem a produz (NÓVOA, 1997). Em suas páginas é possível vislumbrar com riqueza de detalhes debates de questões essenciais que atravessaram o âmbito educacional numa determinada época, igualmente os anseios, os debates, as decepções e as utopias dos agentes envolvidos.

A imprensa veicula interesses de uma pessoa, uma instituição ou de um grupo de pessoas com o objetivo de que sua mensagem seja incorporada. A imprensa pedagógica não divulga as informações de forma neutra ou imparcial, ao contrário, divulga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que compõe sua editoração, publicação (RODRIGUES, 2010, p. 314).

Os jornais e as revistas circulam com temáticas variadas, expandem e divulgam conhecimentos e questões educacionais como problemas, diagnósticos de ensino, entre outros. São compartilhadas por interesses comuns de pessoas, associações, instituições e/ou grupos de pessoas.

Neste sentido, a imprensa é utilizada de diferentes maneiras, para fazer um grupo reforçar uma imagem ou um ideário para outros grupos dentro da sociedade, é uma forma de demonstrar poder e assegurar a manutenção e propagação de ideais. Dessa forma, as representações construídas pelo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí a necessidade de discursos carregados de práticas e estratégias que tendem a impor autoridade à custa de outros indivíduos para legitimar, reformular ou justificar sua concepção de homem, de mundo, de valores, entre outros (LUCA; MARTINS, 2011).

A imprensa difunde ideias condizentes com interesses dados por processos históricos singulares, pois interfere de forma direta ou indiretamente na constituição de ideologias transmitidas. As pesquisas publicadas por Capelato e Prado em 1980 intitulada “O Bravo Matutino”, já sinalizava esse caminho ao valer-se do jornal *O Estado de São Paulo* como objeto de pesquisa, por meio da qual as autoras evidenciaram que o matutino se comportava como porta voz dos interesses da classe dominante paulista, pois defendia e difundia os princípios liberais.

Com a profusão de novas fontes surgiu a preocupação teórica de qualificar esses documentos, no sentido de se fazer do resgate de fontes mais do que um exercício de memória, suscitar debates acadêmicos com análises mais profundas do contexto histórico em que as mesmas foram produzidas, porque “[...] as fontes não ‘falam’ por si só, não adquirem sentido por elas mesmas, daí a necessidade do diálogo científico com os documentos, diálogo que passa, muitas vezes por uma relação saudável de desconfiança” (COSTA, 2010, p. 193). Pois uma fotografia, uma pintura, uma escultura, um artigo de jornal, revelam as intencionalidades, as idealizações os anseios, os projetos, as críticas, as relações sociais, políticas e econômicas de uma época e de uma sociedade. Portanto, o diálogo científico a ser estabelecido com as fontes, deve ser eminentemente crítico, isto é, desprovido de ingenuidade.

Assim, imprensa reflete a vida cotidiana de personagens de uma determinada época e sociedade com suas especificidades, que possibilita ao historiador da educação formular perguntas que direcione caminhos outros para o que em pesquisa denominamos, procedimentos historiográfico, que podem ser significativos para os diálogos pertinentes a uma escrita da história da educação de relevante contribuição para esta área.

Contemporaneamente encontramos uma ampla atuação da imprensa, inserida em variados contextos e manifestada por diferentes veículos de disseminação de informações como computadores, celulares, televisões, rádios, jornais, revistas e, todos estes, conectados pela maior e mais poderosa ferramenta de socialização em âmbito mundial: a internet.

Contudo, a história da imprensa, especificamente a jornalística, nos remonta a tempos mais distantes. Sabemos que o Brasil, estruturalmente, organizou-se tardiamente se comparado a países europeus, por isso, encontramos a progresso de tais práticas no exterior já no século XVI, como explica Melo (2005):

A regularidade das publicações aconteceu a partir da segunda metade do século XVI, mas a origem dos jornais modernos está situada nas duas primeiras décadas do século XVII, quando as notícias passaram a ter mais confiabilidade. Verifica-se que a origem do jornal é registrada em vários países, em curtos períodos de tempo: Inglaterra, França e Alemanha e, posteriormente, Estados Unidos. De início, o investimento para editar um jornal era pequeno, a redação contava com duas ou três pessoas, e os leitores pagavam pelo papel e pela tinta gasta na impressão e ajudavam a compor o capital do jornal para favorecer a sua circulação. Outro fato importante para a evolução do jornalismo foi a industrialização. A mecanização tornou o processo de impressão mais rápido, barato e dinâmico, o que motivou o aumento do público leitor (MELO, 2005, p. 4).

Em terras brasileiras temos considerado aumento da atividade jornalística no século XIX, fundamentalmente após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808:

Sob proteção oficial, a imprensa se iniciou no País de forma definitiva, somente a partir de 1808. A iniciativa da corte portuguesa se deveu à vinda de D. João ao Brasil, começando aí a chamada Imprensa Régia. No início do século XIX, o surgimento do Correio Braziliense, editado em Londres por Hipólito da Costa, fez nascer a crítica contra o poder régio. Era o único veículo, à época, que mostrava as falhas da administração brasileira (MELO, 2005, p. 9).

Além do “Correio Braziliense”, em nível nacional, as províncias iniciaram seus trabalhos com o jornalismo, utilizando-se de características importadas da imprensa de outros países, tanto no sentido de condições de produção, quanto no formato das publicações. Críticas políticas, piadas, anedotas, propagandas, abarcavam inicialmente suas matérias.

No Paraná, neste período, dezenas de jornais (folhetos) – de curtos e médios períodos de vigência – são divulgados contribuindo a socialização de ideias e perspectivas do Brasil Imperial, expondo as expectativas criadas em torno da ascensão da República, que veio a ocorrer em 1889, com a proclamação do Marechal

Deodoro da Fonseca.

O Jornal *A República*, ferramenta de trabalho nossa, surge em 15 de março de 1886, com publicações até 1930. No site da Hemeroteca Digital Brasileira, encontram-se exemplares a partir do ano de 1888, com ausências de páginas em alguns edições dentre o período anteriormente mencionado.

3 | DIVULGAÇÃO E CRÍTICA DO JORNAL “A REPÚBLICA” AO DECRETO Nº 31 DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Após o levante político-militar e a Proclamação da República Brasileira, em 15 de novembro de 1889, entendeu-se que, dentre outros elementos, a educação, como ferramenta do Estado, deveria se modernizar em relação aos modelos imperiais, atuando como fio condutor de prosperidade do povo e de nossa sociedade, visualizando especialmente o processo industrial emergente.

A imprensa como ferramenta política, de essência questionadora, acompanhou o desenvolvimento do movimento republicano, desde as ideologias de sua construção a ascensão, abordando e expondo suas concepções a respeito de marcadores sociais como educação, saúde, segurança.

No Paraná, encontramos no Jornal *A República*, uma importante fonte histórica para a averiguação deste trânsito republicano e partidarista – como na transformação dos partidos conversadores e liberais em republicanos – e notas relacionadas aos itens anteriormente mencionados, para nosso interesse, a educação. Teve como primeiro redator o paulista Eduardo Gonçalves, que foi também fundador do Clube Republicano de Curitiba e trabalhou assiduamente juntos aos movimentos republicanos do período (CORRÊA, 2006)

No primeiro mês de 1890, no período pós proclamação, surge novo regulamento para a instrução paranaense, o primeiro do recente regime e que apresenta aspectos modernos, evidentemente em busca de renovar as metodologias e direcionamentos então utilizados no estado. Como aponta Pilotto (1954):

Em 1890, refletindo bem o fato de que a ideia da República, no espírito dos propagandistas, tinha uma preocupação revolucionária mais profunda do que a mudança do regime, vamos encontrar a feitura de um novo regulamento da instrução pública no Paraná. A sua elaboração foi confiada a algumas das personalidades mais eminentes do Paraná da época e é necessário referir os seus nomes: Eusébio Silveira da Mota, Emiliano Pernetá, Generoso Marques dos Santos, João Pereira Lagos, José Joaquim Franco do Vale e Justiniano de Melo e Silva. Todos os que conhecem o Paraná sabem o que pode significar a constituição de uma comissão composta com tais nomes (PILOTTO, 1954, p. 57).

Este regulamento ganha espaço na 25ª edição do *A República*, no exemplar de 30 de janeiro, que anuncia em sua terceira página, na primeira coluna, o seguinte texto: “Regulamento – Amanhã começaremos a publicar o regulamento da instrução publica deste Estado”.

Na edição posterior – 26^a – do dia 31 de janeiro de 1890, expõe-se a partir da primeira página o Decreto Nº 31 autorizado pelo Contra-Almirante José Marques Guimarães, governador do Paraná e promulgado por Evaristo Ferreira da Veiga Gonzaga, secretário do estado, constando de 61 artigos (páginas 1 a 3 do periódico).

Resumidamente, os artigos de 1 a 12 do referido Decreto tratam das especificidades para o exercício do magistério; divisão do ensino primário; a criação de aulas de ensino técnico e profissional e aulas noturnas dentro das possibilidades dos municípios e estados; além da instrução normal ou secundária, oferecida pelos colégios vigentes na Capital; da gratuidade da educação; da obrigatoriedade do comprometimento daqueles que têm fazendas, fábricas ou indústrias com a escolarização das crianças e adolescentes e as exigências para a abertura de estabelecimentos particulares.

Dos artigos 13 ao 16, apontam-se as distribuições de horários para as sessões de aula; financiamentos da educação e conteúdos obrigatórios nas escolas como a instrução moral e cívica, leitura e escrita, práticas da gramática, aritmética e o sistema métrico, desenho com aplicação à indústria e a arte e prendas doméstica para a escola de meninas.

De 17 a 26, tratam-se das exigências, remuneração e especificidades de remoção para o cargo de professor das escolas públicas e primárias. Afirma-se a imprescindibilidade de exclusividade do magistério para escola pública, o que ganha exceção à escola particular.

De 27 a 34, abordam-se a periodicidade das aulas; fixação de vencimentos de professores e funcionários do ensino; criação de impostos anuais por fogão; características do ensino agrícola; autonomia de escolas municipais criadas com recurso próprio e as peculiaridades para matrícula e a emergência de escolas promíscuas.

Nos artigos 35 a 42, retorna-se ao tema “professor”, argumentado sobre o regime de contratação, isto é, exames de proficiência para o cargo; diferenciações para a acepção do sexo masculino e feminino; bonificações, vitaliciedade e aposentadoria do profissional da educação, incluindo valores do benefício.

De 43 a 49, menciona-se a elaboração e execução de um regimento interno para a Escola Normal e o Instituto Paranaense, referencial este de responsabilidade da Congregação do próprio Instituto, e baseado no Regulamento de 16 de Janeiro de 1884. Aportam-se a criação de Museu Pedagógico e biblioteca central no edifício da Escola Normal; a subvenção do governo a colégios particulares que mantiverem aulas de ginástica e instrução militar; premiação para preceptores de destaque; requisitos para licenças de professores e a integração à Congregação da Escola Normal, cidadãos doares para educação.

O artigo 50 trata-se especialmente da temática “modo de ensino”, privilegiando a instrução primária elementar como *mixta ou simultânea mútua*, adotando o “método intuitivo, fundado no conhecimento das cousas”, buscando aproveitar o conhecimento

do alunado, para a potencialização desta modalidade de educação.

Do artigo 51 ao último, 61, ocupam-se tópicos relacionados a burocracia do ensino, como a responsabilidade sobre a administração e fiscalização do ensino; a escolha do diretor de instrução entre os lentes do Instituto Paranaense e da Escola Normal; fiscais pedagógicos para auxílio de professores e inspetores literários e a afirmação deste regimento como supremo na instrução pública do estado do Paraná.

Na 27ª edição, do dia 1º de fevereiro de 1890, e 28ª, do dia 2, é publicado o Decreto Nº 36, aprovado pela mesma comissão do Regulamento de Instrução Pública, sobre o “Quadro do Pessoal da Instrução Pública do Estado do Paraná e Respectiva Despesa”, apresentando, primeiramente, a diretoria de instrução e, posteriormente, o corpo docente aprovados à Escola Normal e ao Instituto Paranaense.

Em segundo momento, evidenciam-se os quadros das “Escolas de 3ª, 2ª e 1ª Entrância”, publicando a incorporação de professores em 41 municípios incluindo a Capital, além das “Cadeiras Contratadas” expondo e dividindo os profissionais para escolas do sexo feminino, masculino e promíscuas. Na página 3 é apresentado resumo do decreto, enfatizado os gastos com “Direção da Instrução Pública; Escola Normal e Instituto Paranaense; Escola de Artes e Industrias e Comuna Alemã; Escolas de 3ª, 2ª e 1ª Entrância; Cadeiras Contratadas; Gratificação de 1 terço e 1 quinto do ordenado a professores; Conservação do Jardim da Escola Oliveira Bello e Aluguel de casas para escolas, mobília, etc”.

Ademais menções honrosas, editais de contratação de professores e professoras, anúncios de funcionamentos e fechamentos, propagandas de instituições particulares de ensino e regulação da taxa escolar, poucos comentários com maior densidade foram direcionados a educação e exclusivamente a este regulamento, vigente no estado de 29 de janeiro de 1890 a 11 de abril do mesmo ano, revogado então pelo Decreto Nº 64, autorizado por Américo Lobo Leite Pereira, governador do Paraná.

No dia 10 de abril, na 85ª edição do *A República* um dia após a revogação, exibe-se na primeira página, coluna principal, comentário no tocante a atitude de Américo Lobo e a efetividade do regulamento.

No texto, a princípio, ressalta-se a “boa intenção” de Marques Guimarães, ex-governador, na aprovação de uma lei para a educação que, entretanto, não atendeu as necessidades do ensino gratuito, nem demonstrou organização suficiente para a utilização das taxas escolares.

Em outro momento comenta-se que, a “digna comissão” elaboradora do regulamento, apesar de seu necessário empenho em “remover embaraços de certa ordem”, para “reabilitar” o ensino, buscando uma “vereda mais prometedora de resultados”, não correspondeu a estes intuitos.

É criticada a utilização em outrora da educação e a instrução pública de maneira geral como ferramenta de fins políticos partidaristas, isto é, a procura de popularidade para a participação em eleições futuras no novo estado, agora, sob

as égides da República. Contudo, mesmo sem essa intenção, o novo regulamento tendeu a falhar.

Relembra a finalidade de reabertura de escolas fechadas pela crise financeira do estado, porém, critica duramente o direcionamento da taxa escolar criada para subsidiar estes eventos, bem como a manutenção das próprias escolas do Paraná. Nesse sentido, refere-se aos “favores as professoras e a lente da escola normal, deixando entretanto de dar aos professores das cadeiras contratadas uma remuneração pela qual se pudesse obter bons frutos”. (*A República*, p. 1, 10 abr. 1890).

Finalizando, reprova o artigo 20, que alude a demissão de profissionais que obterem provimento definitivo, “podendo”, entretanto, continuar a exercer o magistério interinamente, até se mostrarem habilitados com exame de proficiência perante os lentes da Escola Normal. É preciso acrescentar aqui que, no artigo 21, argumenta-se que alunos diplomados pela Escola Normal serão considerados vitalícios, desde a data do seu primeiro provimento, podendo requerer cadeira de qualquer entrância, quando ocupadas por interinos ou provisórios.

É perceptível a crítica do *A República* e apontamento a um determinado privilégio e submissão do Decreto as conveniências dos próprios proponentes do documento, professores da Escola Normal e que influenciavam fortemente o ensino secundário paranaense.

Sobre o Decreto, argumenta Pilotto (1954, p. 59-60):

É bem visível, em tudo isso, o ímpeto de renovação. Um ímpeto de renovação na educação, ditado pelas convicções políticas e filosóficas, muito mais do que técnicas, de um grupo de intelectuais. Pode-se imaginar que esse «sonho» não tenha chegado a implantar-se. Aqueles nomes que integravam a comissão elaboradora do regulamento, se foram dos mais ilustres com que contou o magistério secundário do Paraná, em toda a sua vida, não eram nomes de líderes da educação elementar. Nem bastaria que a direção da educação toda ficasse em mãos da Escola Normal, cujo corpo docente eles integravam, como, de fato, ficou (PILOTTO, 1954, p. 59-60):

Em 12 de abril, na 87ª edição anuncia-se – por nota curta – na terceira página o ato de suspensão do regulamento da instrução pública, pouco mais de dois meses após sua aprovação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo, entende-se de maneira clara que o papel da imprensa está associado não apenas a função de informar, mas, de criar debates, inquietações, questionamentos, por intermédio de notícias interativas que se relacionam intrinsecamente ao contexto vivido e aos acontecimentos experienciados, nas mais variadas situações do cotidiano.

Como fonte de pesquisa, emerge-se como importante dispositivo histórico,

visto que, é possível apreender, fundamentalmente em periódicos, a linguagem, abordagem e referenciais do momento, o que nos permitir refletir sobre as próprias circunstâncias no ocorrimto de variados eventos sociais e culturais.

Especificamente o Jornal *A República* é de grande valia aos estudos do século XIX e início do XX, já que podemos encontrar grande parte de suas edições, sabendo que, como característica basilar – visível em seu título –, apresentava a grande influência do movimento republicano, iniciando seus trabalhos no período imperial.

Retornando a nossa indagação inicial sobre o posicionamento assumido pelo Jornal paranaense *A República* em relação ao Decreto Nº 31 de 29 de janeiro de 1890, é possível afirmar que, o periódico concebe de maneira negativa seus artigos, criticando especialmente a administração da taxa escolar e a condição dos professores das cadeiras contratadas.

Não se sabe ao certo se o julgamento está associado ao posicionamento político dos proponentes do Decreto, ou se trata de uma “imparcial” avaliação do texto referente ao novo regulamento, contudo, é possível admitir que consideram o projeto completamente equivocado e em pleno desacordo as demandas da instrução paranaense.

Acreditamos que o parágrafo final da publicação pós revogação, é definitivo para nos referirmos a concepção do *A República*, sobre a reforma: “Cremos que o governo prestará um serviço a instrução revogando esse regulamento, em cujo exame não entramos em detalhes por julgarmos desnecessários”.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, J. B. **História do Paraná: a república – 1889 – 2002**. Maringá: Maranata, 2006.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARNEIRO, D.; VARGAS, T. **História biográfica da república no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994. 316 p.

COSTA, C. J. C. Fontes jesuíticas e a educação brasileira. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 193-214.

MACHADO, M. C. G. Estado e educação “em preto e branco”: a atuação de Rui Barbosa no Diário de Notícias (1889). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-52.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, P. B. **Um passeio pela história da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço**. Revista Comunicação & informação, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, V. 8, n. 1, (jan./ jun. 2005).

MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. **A organização da instrução pública no Paraná no início da República: o Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890**. Revista HISTEDBR On-line Documento

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do império português. In: CATANI, D. B. ; BASTOS, M. H. C. (Orgs.) Educação em Revista. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-31.

PARANÁ. Regulamento da instrução pública do Estado do Paraná (Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890). Coleção Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1890. p. 39 – 50.

PILOTTO, E. **A educação no Paraná**: síntese sobre o ensino elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC-INEP, 1954.

RODRIGUES, E. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da educação. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (Orgs.). **Fontes e Métodos em história da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 310-325.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 3-12.

Regulamento. 1890. (p. 3) *A República*, 25ª ed. Curitiba, 30 jan.

Decreto n. 31. 1890. (p. 1 a 3) *A República*, 26ª ed. Curitiba, 31 jan.

Decreto n. 36. 1890. (p. 1 a 2) *A República*, 27ª ed. Curitiba, 1 fev.

Decreto n. 36. 1890. (p. 1 a 3) *A República*, 28ª ed. Curitiba, 2 fev.

A República. 1890. (p. 1) *A República*, 85ª ed. Curitiba, 10 abr.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 80, 85

Animes 90, 96

Arduino 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165

Arte 98, 99, 100, 101, 112, 113, 140, 159, 162, 236

Aulas práticas 62, 66

C

Computação Física 155, 164, 165

Conhecimento 62, 96, 132, 134, 137, 240, 320

D

Diversidade sexual 37

E

Economia de Belém 67

Educação STEAM 155

Elementos geométricos 98

Ensino-aprendizagem 13

Ensino de História 267, 278

Ensino de imunologia 90

Ensino Profissional e Tecnológico 13

Escolarização 1

Escola sem Partido 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 264

Escravidão no Brasil 202

Escrita 122, 123, 202

Escrita epistolar 202

F

Formação de Professor 13

Fotografia 267, 269, 279

G

Gêneros textuais 242, 243, 250

Gerencialismo 251

H

História da Ciência 49, 50, 51, 56, 57, 59, 60

I

Imaginação e criatividade 98

Indígena 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11

L

Leitura 122, 123, 128, 129, 141, 242

Livro didático 37

M

Maus Tratos 71

P

Patrimônio 267, 278, 279

Políticas Públicas 181

Pós-Estruturalismo 37

Produção de texto 242

Programação 155

Psicanálise 71, 75, 76

R

Reflexão 114, 143

T

Trabalho Docente 181

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-551-8

